

ESPIONAGEM, DENÚNCIA e TRAIÇÃO

Carlos Ossamu



NYT

Edward Snowden, ex-analista de inteligência da CIA que revelou o gigantesco programa de espionagem dos Estados Unidos. Acusado de roubo de informações e traição pelo governo americano, Snowden se encontra atualmente na Rússia.



Reuters

No dia 5 de junho, o jornal britânico The Guardian publicou uma reportagem sobre um gigantesco programa de espionagem dos Estados Unidos, afirmando que a NSA - National Security Agency coleta informações telefônicas e de e-mails de milhões de americanos. Dois dias depois, o jornal americano The Washington Post publicou outras informações sobre esse programa de vigilância, que supostamente tinha a colaboração de empresas como Microsoft, Facebook, Google e outras empresas do Vale do Silício. A fonte de ambos os jornais foi Edward Snowden, 29 anos, ex-analista de inteligência que prestou serviços terceirizados para a NSA.

Depois das reportagens, Snowden foi acusado de roubo de informações e traição. Fugiu para Hong Kong e depois para a Rússia, onde ficou mais de um mês na zona de trânsito do aeroporto Sheremetyevo antes de receber um visto temporário de permanência no país. Se as denúncias de Snowden tivessem sido feitas antes de 11 de setembro de 2001, talvez ele fosse tratado como um herói, mas hoje ele é procurado como traidor. Veja nesta entrevista a opinião do ex-ministro e embaixador Rubens Ricupero sobre o caso Snowden e a espionagem americana.

Digesto Econômico - Em sua opinião, como seriam tratados hoje pelo governo americano casos como o do Pentagon Papers (1971) e Watergate (1972), em que informações secretas vazaram para a imprensa?

Rubens Ricupero - O ataque de 11 de setembro de 2001 alterou de maneira significativa a psicologia do povo americano. Introduziu um elemento de insegurança que os americanos não tinham em relação ao exterior. Os EUA sempre se orgulharam de ser um país protegido das grandes guerras por causa da distância, dos dois oceanos, eles nunca sofreram uma invasão de outro país. Isso acabou com os acontecimentos do ataque terrorista. Acho que isso explica o fato de a reação da opinião pública americana não ser a mesma daquela época. Na ocasião, como os movimentos contra a Guerra do Vietnã e ao presidente Nixon eram fortes, o próprio Congresso e a opinião pública condenaram o uso desses métodos de espionagem. Hoje, há uma atitude tolerante em relação a isso. Acham, no fundo, que é um mal necessário.

Qual a sua avaliação em relação às denúncias de Edward Snowden?

É curioso ver que as revelações atuais de Edward Snowden atingem uma agência que tinha sido muito investigada nos anos 70, no curso dos acontecimentos após o Watergate. Depois que Nixon renunciou, houve uma reação tão forte contra as manipulações, gravações, as operações clandestinas, que o senado americano instalou uma comissão. Nesta investigação, em que os funcionários americanos foram obrigados, sob juramento, a revelar o que faziam essas agências, vieram à tona muitas revelações que hoje já foram esquecidas. Por exemplo, se revelou que os EUA tinham mais de 12 agências de inteligência de diversos tamanhos, mas que essa agência em particular, a National Security Agency (NSA) era de longe a maior, com o maior orçamento. Revelou-se também que o tamanho desta agência se devia ao fato de que ela se ocupava estritamente das comunicações telegráficas e telefônicas, isso há mais de 40 anos.

Quando o senhor era embaixador nos EUA, o governo brasileiro sabia desse esquema de espionagem?

As investigações do Congresso revelaram que a NSA armazenava cópias de todos os telefonemas e comunicações por telégrafo e telex de todas as missões estrangeiras nos EUA – em alguns casos eles quebravam o código, quando interessava, outros eles guardavam o material para que, se houvesse necessidade no futuro, tivessem material suficiente para quebrar o código. Nessa época eu era chefe do setor político da embaixada do Brasil e escrevi relatórios alertando o Itamaraty que os americanos sistematicamente violavam a comunicação de to-

Rubens Ricupero:
Todos os grandes países praticam espionagem e é provável que o Brasil tenha agências que façam o mesmo.



Wilson Dias/ABr

das as embaixadas e consulados. Exatamente como agora, eles usavam da complacência de empresas privadas de manutenção dos sistemas de comunicação e agentes deles, com uniformes e credenciais dessas empresas, entravam nas embaixadas para colocar dispositivos de escuta e de transmissão. Às vezes, quando havia reformas nas embaixadas, eles faziam essas instalações para violar os cofres. Tudo isso está nos arquivos, não há nenhuma novidade, foi há 40 anos. Em 1991, voltei aos EUA como embaixador e tinha como pressuposto que todas as minhas conversas telefônicas ou telegráficas eram violadas. Eu nunca disse ou escrevi nada que pudesse causar embaraços ao Brasil, mas às vezes eu usei deliberadamente conversações telefônicas para passar certos recados aos americanos que eu não poderia fazer diplomaticamente. Eu nunca tive ilusões, sabia que eles espionavam tudo.

Espionagem é uma das práticas mais antigas da sociedade, não é mesmo?

Todos os grandes países praticam espionagem e é provável que o Brasil tenha agências que façam o mesmo em relação aos países vizinhos. Claro que ações dessa natureza podem violar leis internacionais, a Convenção de Viena, as relações diplomáticas, mas seria uma ingenuidade imaginar que algum grande país no mundo, ou nem tão grande assim, não faça da prática da espionagem uma coisa corriqueira. O que mudou foi a dimensão, com o fato de que hoje em dia, com a internet, com as telecomunicações e os satélites, aumentou muito a capacidade de espionar outros países. Os EUA e outros países têm satélites que fotografam o Brasil o tempo todo, eles têm informações em tempo real sobre o que acontece aqui. Ninguém pode ter a ilusão de que está imune a isso. Isso sempre houve, mas o que é diferente agora é que, além de espionar governos e empresas, agora estão espionando indivíduos, suspeitos de terrorismo.

Em 2010, o site Wikileaks publicou diversos documentos confidenciais americanos; este ano, o técnico em tecnologia Edward Snowden denunciou um gigantesco esquema de espionagem dos EUA envolvendo pessoas no mundo todo. As denúncias não estão ficando mais frequentes?

Os americanos chamam esses denunciadores de "sopradores de apito" (whistle blower), o sujeito que sopra o apito para denunciar alguma coisa ilegal. A primeira lei americana estimulando funcionários a revelarem atos ilegais vem da década de 1790, como também a primeira lei sobre traição, que é o Alien Act (1798), que vem da época do segundo presidente americano, John Adams. Eles sempre estiveram presentes, de um lado o desejo de estimular a denúncia de que o governo está engajado em atividades ilícitas, de outro lado, a tendência de reprimir isso, acusando o denunciador de ajudar o inimigo, de traição, ao revelar segredos. Imaginar que se possa eliminar isso é também uma fantasia. Estarão sempre presentes, em todos os países, em todas as épocas – de um lado o desejo de defender os direitos de privacidade, e de outro, as exceções em nome da segurança, da ordem pública, do bem coletivo, do combate ao terrorismo, do combate à lavagem de dinheiro. Isso a gente vê em inúmeras manifestações.

O senhor poderia exemplificar?

O combate à lavagem de dinheiro é um exemplo. No Brasil existem regras que em outros países seriam consideradas invasivas, por exemplo, qualquer operação de mais de R\$ 10 mil, o banco tem de comunicar ao Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras). Isso, na Inglaterra ou EUA, seria considerado um absurdo, mas no Brasil se faz isso por conta da corrupção, da lavagem de dinheiro, e curiosamente ninguém reclama. O que se reclama é que, apesar disso, o Coaf não foi capaz de detectar fatos como o Mensalão. Este é apenas um dos exemplos dos muitos casos que, em favor de um valor, que neste caso é o combate à corrupção, à lavagem de dinheiro, se limitam certos direitos à privacidade.

E quanto à violação de correspondências e e-mails?

A Declaração dos Direitos Humanos tem o artigo 12, que garante a todo indivíduo, que a sua família, sua casa, a sua correspondência não sejam violadas por razões ilegais e arbitrárias. Este mesmo dispositivo aparece no Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos, no Artigo 17. Na Convenção Interamericana da OEA dos Direitos Humanos, este é o Artigo 11. Então, todos esses grandes pactos internacionais, dos quais os EUA fazem parte, assim como o Brasil, teoricamente garantem a privacidade da correspondência, mas essas garantias nunca receberam um reforço através de uma convenção ou pacto específico. É uma garantia geral, que é interpretada pelas comissões e pelos juristas no sentido de que a correspondência não pode sofrer violações arbitrárias e ilegais, mas se aceita que haja circunstâncias que se limite esse direito à privacidade. Para poder violar a privacidade, primeiro é preciso que haja uma lei que permita isso. Em segundo lugar, é preciso que essa violação à privacidade seja justificada por um bem maior, por exemplo a ordem pública, o bem-estar geral. Terceiro: a ação que o governo pratica tem de ser proporcional e razoável, não pode ser uma coisa contra tudo e contra todos. Em quarto lugar, tem de ter uma ordem judicial. Então, há certas garantias, certos limites que deveriam ser invocados, mas infelizmente o que acontece é que neste terreno específico, o desenvolvimento dos meios eletrônicos foi tão gigantesco, é tão invasivo, que não se acompanhou com uma legislação, tanto nacional como internacional.

Como seria essa convenção ou pacto específico sobre privacidade?

Todos os avanços que se teve em matérias de novas armas acabaram provocando convenções internacionais sobre essas armas. O caso mais famoso é o das armas químicas da Primeira Guerra Mundial, com um grande acordo internacional proibindo esse tipo de arma e que tem funcionado bem. Para as armas atômicas existe um tratado de não proliferação nuclear, assim como existem acordos sobre armas bacteriológicas. Porém, não existe um grande acordo sobre a guerra cibernética. No fundo, essa questão de privacidade faz parte do problema da guerra cibernética. Tivemos vários episódios recentes, em que se desconfiou que certos países intervieram para desorganizar a internet de países vizinhos. Foi o caso da Rússia com a Estônia, em um momento que piorou muito as relações entre os dois – esse país, que fez parte da União Soviética, sofreu um



Associated Press/AE

Ao lado, os jornalistas Bob Woodward e Carl Bernstein, do jornal Washington Post, que denunciaram o caso Watergate, com base em informações passadas por um informante. O caso culminou com a queda do presidente Nixon (abaixo).

ataque massivo, que praticamente paralisou a internet de lá. Há queixas periódicas dos americanos contra os chineses. Também há problemas com os hackers. Não é o mesmo caso do Snowden, mas tudo isso faz parte do mesmo conjunto de problemas, criados pela tecnologia.

No início de agosto, ministros das Relações Exteriores do Mercosul foram até a ONU reclamarem dessa espionagem dos americanos.

Nessa recente manifestação coletiva, os ministros das relações exteriores se encontraram com secretário-geral da ONU e manifestaram indignação, protestaram, mas não se chegou a propor uma ação concreta, pois os próprios ministros se dão conta de que faltam instrumentos legais para isso. A Alemanha, no meio dessa agitação, foi mais longe e curiosamente aqui não se divulgou isso. Como houve muita indignação na Alemanha, por causa da colaboração do governo alemão, o governo propôs ao Conselho das Nações Unidas dos Direitos Humanos – hoje não é mais Comissão, é Conselho dos Direitos Humanos –, a negociação de uma convenção sobre os direitos à privacidade – esse direito existe, mas é genérico. A convenção seria para discutir quando e como esse direito poderia sofrer limitação. O governo alemão propôs isso talvez por saber que é impossível, é difícil imaginar que os americanos iriam aceitar negociar e ainda que negociasse, que o Senado aprovasse, pois qualquer novo tratado tem de ser aprovado pelo Senado.

Por que seria difícil a aprovação desse acordo?

Os americanos, há muitos anos, manifestam menos disposição de negociar tratados que limitem a sua soberania. Como eles podem muito, eles não querem ter nenhuma limitação,



AFP Photo

tanto que há várias convenções de Direitos Humanos e da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que eles nunca ratificaram, algumas eles nem assinaram, outras assinaram e voltaram atrás depois. Apesar de o Obama ter dito que é favorável ao multilateralismo, na prática não se viu isso em momento algum, ele já está no segundo mandato e nunca partiu dele nenhuma grande iniciativa multilateral que redundasse na limi-

tação da soberania americana. É muito pouco provável, pelo curso atual e pela superioridade esmagadora que os americanos têm nessa área, que eles aceitem se autolimitarem. Qualquer convenção internacional é uma autolimitação da soberania daqueles que assinam. Quem tem muito poder, normalmente prefere usá-lo, e os americanos estão convencidos de que usam esse poder com moderação, que não usam para cometer injustiças ... é a convicção deles. Eles usam isso contra suspeitos de praticarem terrorismo, organizar atentados. Temos uma situação com falta de um quadro jurídico internacional, que teria de ser negociado na ONU ou na União Internacional das Telecomunicações, onde o Mercosul apresentou as suas queixas. Mas até agora, as propostas que o Brasil fez, de uma internet que fosse governada globalmente e não pelos americanos, caiu em ouvidos surdos, não houve apoio internacional suficiente, sobretudo daqueles que detêm o poder.

O senhor acredita que haverá novas denúncias?

Do Wikileaks para cá, o vazamento de informações sigilosas tem ocorrido com mais frequência. Um dos motivos é que esse aparato de segurança cresceu tanto, envolve tantas pessoas, que fica difícil guardar segredos. O segredo é mais bem guardado quanto menos pessoas souberem dela. Hoje em dia, o que vemos é que os americanos ampliaram muito essas agências. Tem uma certificação que se chama Security Clearance, que é a autorização de segurança. Quando se vai trabalhar em determinados postos, onde há acesso a segredos, a pessoa será investigada para saber se pode ou não receber a Security Clearance. Eles têm uma quantidade enorme de pessoas que recebem esta certificação. Algumas publicações informam que chegam a 4,8 milhões de indivíduos, dos quais um terço não são funcionários do governo, são de empresas terceirizadas que tem algum grau de Security Clearance. Há diversos graus, até mesmo para o pessoal que, em uma mudança, tem de transportar caixas de papelão de arquivos dos escritórios – lá dentro, pode ter documentos que ele poderia violar. Já entre os que têm a Top Secret Clearance, que é mais restrito, o jornal Washington Post, em 2010, dizia em artigo que eram 850 mil americanos com essa certificação, um número absurdo. Vi um número recente, atribuído ao atual diretor da National Security Agency (NSA) dizendo que o número cresceu e estaria em 1,2 milhão. Quando se tem tanta gente assim, inclusive de baixa hierarquia, como é o caso do soldado Bradley Manning, no caso do Wikileaks, ou mesmo o Edward Snowden, que era um funcionário jovem de uma empresa contratada, a possibilidade de evitar esse tipo de coisa é muito menor.

Caso se descobrisse que o governo americano cometeu uma falta muito grave, a posição americana em relação à espionagem mudaria?

Acho que isso só iria mudar se os governos dos países poderosos, a começar pelos EUA, considerem que isso é mais uma vulnerabilidade do que uma vantagem. A descoberta de uma falta não concretiza essa hipótese. No caso de Watergate foi um pouco isso, a revelação de que o governo americano invadia a sede do Partido Democrata, e por isso caiu o presidente, era uma coisa gravíssima, mas no entanto a espionagem não acabou, tan-

to que 40 anos depois eles estão fazendo em grande escala. Ainda que acontecesse de provar que eles tinham feito alguma coisa extraordinariamente injusta e errada, isso iria causar um embargo enorme, poderia causar até o impeachment do presidente, mas se o problema de segurança dos EUA continuasse e eles estivessem convencidos de que esses métodos mais ajudam do que prejudicam, eles vão continuar. Sou muito cético em relação a isso, porque nesse particular, os países muito poderosos têm interesses comuns. Nenhum deles é completamente imune à espionagem do outro – os EUA não conseguem neutralizar inteiramente os chineses e vice-versa. O mesmo se aplica aos russos, ingleses, franceses, israelenses.

O senhor acredita que o presidente Obama tem controle sobre essas agências de inteligência, ele sabe o que elas fazem?

Acho que sim, ele sabe quem é e tem instrumentos através daqueles que trabalham com ele no setor de segurança nacional de controlar isso. A minha opinião é que ele tem usado esses instrumentos, pois verificou que em alguns casos trouxe benefícios. Uma analogia é o uso desses aviões não tripulados, os drones, para assassinar pessoas. Isso começou com os israelenses com foguetes e os americanos desenvolveram muito isso. Este também é um tema bastante discutível, pois alguns consideram uma violação terrível aos direitos, já outros acham que não, que os EUA têm o direito, já que estão em guerra com os terroristas – e que na guerra o direito à vida sofre uma suspensão. O inimigo você mata. Este é um tema que se discute intensamente nos EUA. No entanto, este governo do Obama tem usado muito mais esses métodos (de eliminação do inimigo), já que foram aperfeiçoados. Provavelmente, usar drones é mais eficiente do que enviar tropas para ocupar o país. Como ele vai conseguir atingir líderes da Al-Qaeda escondidos nas montanhas do Paquistão, que não permite que os EUA entrem com tropas? Eles usam esses drones, é um mal menor e é eficiente, o Paquistão não gosta, protesta, mas não pode fazer nada.

No caso da morte de Osama bin Laden no Paquistão, em 2011, os EUA enviaram um tropa de elite para matá-lo.

Sim, eles invadiram o país, claramente violaram a soberania do Paquistão. Os americanos acharam que a invasão se justificava pelo interesse nacional deles, o bin Laden era o inimigo público nº 1, declarou guerra à América, provocou aqueles atentados. Existe hoje na vida internacional contemporânea muitos problemas que já citamos, como lavagem de dinheiro, tráfico de drogas, corrupção, segurança individual, terrorismo etc., são inúmeros os exemplos em que regras antigas, as normas e as leis, se aplicam muito imperfeitamente, pois a sofisticação tecnológica fez com que essas regras pasassem a ser relativas.

Haveria razões para os americanos espionarem o Brasil?

O Brasil tem muito pouca experiência nesta área. Graças a Deus não temos problemas com islamismo ou de terrorismo, desde o fim do regime militar. A gente pergunta se é verdade aquilo que se denunciou, de que os americanos teriam uma base aqui e que o Brasil era um dos países mais espionados. Falta explicar, se isso for verdade, por que eles espionaram tanto o

Ricardo Moraes/Reuters



Brasil? Não seria pelo fato de o Brasil ser uma potência nuclear e nem por ser uma potência militar; tampouco pela guerra cibernética. Por que teriam feito isso? Para saber o que o Brasil pensa em diplomacia? Difícilmente eles descobririam um segredo novo, pois as posições brasileiras em geral são muito transparentes. Segredos comerciais e industriais? Também é difícil imaginar que esta seria a razão. O que me ocorre é que poderia ser algo ligado ao tráfico de drogas, que é uma obsessão deles e o Brasil serve de rota. É um ponto que o governo brasileiro deve investigar, se é verdade, em que medida e o que se fez. Os americanos convidaram uma missão para dar explicações. O governo deve prosseguir, investigar as razões, não foi uma atitude amistosa e afinal de contas o Brasil não é um país hostil a eles, como sistematicamente são a Bolívia e a Venezuela. Isso que eles fizeram com o avião do presidente boliviano Evo Morales foi um ato inominável, fizeram porque é presidente de um país pequeno e fraco, foi uma humilhação. Isso dá a dimensão até que ponto eles estão dispostos a ir para castigar as pessoas que eles consideram traidoras.

Denunciar abusos é louvável, mas será que compensa? Veja a situação de Julian Assange, ainda refugiado na embaixada do Equador em Londres, e de Edward Snowden, que conseguiu agora um visto de um ano na Rússia.

Nestes e em outros casos, o papel das pessoas que denunciaram foi muito útil, pois permitiu revelações importantes. Se não fossem elas, muitos desses crimes de guerra não seriam conhecidos. Como disse a comissária de Direitos Humanos, é fundamental que haja processos legais que permitam que pessoas denunciem atividades ilegais. Caso contrário, se cai naqueles processos do Julgamento de Nuremberg, em que os acusados sempre dizem que seguiam uma ordem do governo. Todos aqueles nazistas disseram que estavam cumprindo ordens. Mas há ordens que são imorais, que vão contra a ética, contra a justiça. Deve haver um estatuto que proteja as pessoas que tenham a coragem de denunciar aquilo que é imoral, ilegal, injusto, mas sem colocar em risco a segurança dos países. Por isso é que falta essa negociação entre os países sobre este tema. ■

O jornalista Glenn Greenwald (esq.) e o seu companheiro, o brasileiro David Miranda, que foi detido pela polícia britânica no aeroporto de Londres. A polícia britânica apreendeu o celular, computador e pen drives do brasileiro, com base em uma lei antiterrorismo.